

A Contabilidade Financeira na Era Digital: O caso da MAGA – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda.

Relatório de Estágio

Beatriz Katherine Agrela da Silva

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



A Contabilidade Financeira na Era Digital: O caso da MAGA – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda.

Relatório de Estágio

Beatriz Katherine Agrela da Silva

Orientadores

Prof. Doutor Gualter Fernandes Martins Câmara

Relatório de Estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



RESUMO

O presente relatório de estágio insere-se no âmbito do plano curricular do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, e tem como principal objetivo analisar o papel da contabilidade financeira na era digital, através do estudo de caso da empresa MAGA – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda., localizada no concelho de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel.

O estágio teve a duração de 11 meses e permitiu o contacto direto com as práticas contabilísticas quotidianas, possibilitando a aplicação de conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da Licenciatura em Gestão e do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais. As atividades desenvolvidas englobaram o tratamento de documentos contabilísticos, preenchimento de declarações fiscais, processamento salarial e apoio à gestão.

Paralelamente, procedeu-se a uma reflexão crítica sobre os desafios e oportunidades que a digitalização introduziu na contabilidade financeira, com especial foco na automatização de tarefas, no tratamento eficiente da informação e na melhoria da qualidade do serviço prestado.

Conclui-se que a transformação digital veio reforçar o papel da contabilidade como ferramenta essencial à gestão, exigindo dos profissionais uma adaptação contínua às novas tecnologias, em prol de uma maior transparência, eficiência e valor acrescentado para os clientes.

Palavras-chave: Açores, Contabilidade, Práticas Contabilísticas, Transformação Digital.

ABSTRACT

The present internship report is part of the curricular plan of the Master's Degree in Economic and Business Sciences, with a specialization in Finance and Accounting, and its main objective is to analyze the role of financial accounting in the digital era through the case study of the company MAGA – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda., located in the municipality of Ponta Delgada, on the island of São Miguel.

The internship lasted 11 months and provided direct contact with daily accounting practices, allowing the application of theoretical knowledge acquired during the Bachelor's in Management and the Master's in Economic and Business Sciences. The activities carried out included the processing of accounting documents, preparation of tax returns, payroll processing, and management support.

In parallel, a critical reflection was conducted on the challenges and opportunities that digitalization has introduced into financial accounting, with particular focus on task automation, efficient information processing, and the improvement of service quality.

It is concluded that digital transformation has strengthened the role of accounting as an essential management tool, requiring professionals to continuously adapt to new technologies in favor of greater transparency, efficiency, and added value for clients.

Keywords: Azores, Accounting, Accounting Practices, Digital Transformation.

AGRADECIMENTOS

O presente relatório marca o fim de uma etapa importante da minha vida académica, cujo percurso foi feito com esforço, dedicação, e com o apoio de várias pessoas que merecem o meu mais sincero agradecimento.

Em primeiro lugar, expresso o meu especial agradecimento à minha mãe, que foi, desde sempre, a minha maior força. A sua persistência, o seu carinho e a sua fé inabalável em mim foram essenciais para que nunca desistisse, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos meus orientadores, em especial ao Prof. Doutor Gualter Câmara, meu orientador, pela orientação científica, pela disponibilidade constante e pelos valiosos contributos que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ainda a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta etapa – colegas, amigos e familiares – pelo apoio, incentivo e palavras de encorajamento ao longo deste percurso.

ÍNDICE

RESUMO.....	I
ABSTRACT	II
AGRADECIMENTOS.....	III
ÍNDICE	IV
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VI
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
2.1. CONCEITO, OBJETIVOS E ORIGEM DA CONTABILIDADE FINANCEIRA.....	3
2.2. CONTABILIDADE NA ERA DIGITAL	4
2.2.1. Oportunidades.....	4
2.2.2. Desafios	5
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE DE ESTÁGIO	6
3.1. HISTÓRIA E APRESENTAÇÃO	6
3.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	7
3.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
3.4. SERVIÇOS PRESTADOS E PERFIL DE CLIENTES.....	8
3.5. POSICIONAMENTO NO MERCADO E ESTRATÉGIA DA EMPRESA	8
3.6. RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS.....	9
CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO.....	10
4.1. CONTROLO INTERNO	10
4.1.1. Receção, tratamento e organização de documentos.....	11
4.1.2. Revisão contabilística e fecho periódico de contas	11
4.2. PROCESSOS FISCAIS E OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS.....	12
4.2.1. Apuramento e Declaração periódica de IVA.....	13
4.2.2. Declaração recapitulativa de IVA.....	14
4.2.3. Modelo 30.....	15
4.2.4. Ficheiros SAF-T	16
4.2.5. Declaração trimestral	16
4.2.6. Processamento de salários	18
CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO.....	20
5.1. ANÁLISE À ENTIDADE DE ACOLHIMENTO	20
5.2. ANÁLISE CRÍTICA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	21
5.2.1. Análise crítica as atividades de receção, tratamento e organização de documentos.....	21

5.2.2 <i>Análise crítica aos processos fiscais e obrigações declarativas</i>	22
5.2.3 <i>Análise crítica ao processamento de salários</i>	23
5.2.4 <i>Análise crítica às práticas de digitalização</i>	23
5.3. RELAÇÃO E APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NO PERCURSO ACADÊMICO ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	25
5.4 PROPOSTAS DE MELHORIA E INOVAÇÃO DIGITAL	26
CAPÍTULO VI – REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DA CONTABILIDADE COM O IMPACTO DA DIGITALIZAÇÃO	28
6.1. A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO SETOR CONTABILÍSTICO.....	28
6.2. AUTOMATIZAÇÃO DE TAREFAS E NOVAS COMPETÊNCIAS DO CONTABILISTA	29
6.3. TENDÊNCIAS FUTURAS NA PRÁTICA CONTABILÍSTICA.....	30
CAPÍTULO VII – CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	34

LISTA DE ABREVIATURAS

API - Application Programming Interface

AT - Autoridade Tributária e Aduaneira

CC - Contabilista Certificado

DMR-AT – Declaração Mensal de Remunerações à Autoridade Tributária

DMR-SS/DRI – Declaração de Remunerações à Segurança Social

ERP - Enterprise Resource Planning

IA - Inteligência Artificial

IASB - International Accounting Standards Board

IFRS - Normas Internacionais de Relato Financeiro

IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

OCR - Optical Character Recognition

PME - Pequenas e Médias Empresas

RITI – Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias

SAFT-PT - Standard Audit File for Tax Purposes – Portuguese version

SNC - Sistema Normalização Contabilístico

UE - União Europeia

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio foi elaborado no âmbito do segundo ano do Mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, ministrado pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores. O estágio, realizado na área da contabilidade, decorreu na empresa *MAGA – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda*.

O principal objetivo deste relatório consiste em apresentar, de forma sistemática e devidamente fundamentada, as atividades desenvolvidas, as competências adquiridas e os resultados alcançados ao longo do período de estágio. Esta experiência constituiu uma etapa fundamental no percurso formativo, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos tanto na licenciatura como no mestrado.

O estágio teve início a 1 de outubro de 2024 e concluiu-se a 1 de setembro de 2025, tendo decorrido no concelho de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, sob a orientação académica do Dr. Gualter Câmara, docente da Universidade dos Açores, e, em contexto profissional, do Dr. João Gaudêncio. Durante este período, foram desenvolvidas diversas atividades relacionadas com a contabilidade e a gestão, proporcionando contacto direto com métodos, ferramentas e práticas características do exercício profissional nesta área.

A estrutura do presente relatório foi concebida de forma a possibilitar uma compreensão clara e objetiva de todo o percurso de estágio. Numa primeira fase, apresenta-se o enquadramento institucional, descrevendo a entidade de acolhimento e o contexto em que esta se insere. Seguidamente, são definidos o objeto de estudo do relatório — centrado na análise da contabilidade na era digital —, a metodologia adotada e as principais atividades realizadas. Posteriormente, procede-se a uma análise crítica da experiência, com destaque para os resultados alcançados, as dificuldades enfrentadas e as competências desenvolvidas. Por fim, são apresentadas as considerações finais e um capítulo conclusivo dedicado às perspetivas futuras de desenvolvimento profissional.

Assim, este relatório não se limita a descrever as tarefas executadas, mas procura igualmente refletir sobre a relevância do estágio como elo de ligação entre a teoria e a

prática, evidenciando o seu contributo para a consolidação do perfil académico e profissional do estudante.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo pretende-se fazer o enquadramento teórico à contabilidade financeira, mencionando o seu conceito, origem e objetivos bem como a sua evolução até a atual era digital, contextualizando com argumentos que justifiquem as afirmações.

2.1. Conceito, objetivos e origem da Contabilidade Financeira

A história da contabilidade nasce quando o homem primitivo, com o objetivo de medir a sua riqueza e acompanhar as suas variações ao longo do tempo, começa a inventariar os seus rebanhos. Com o avanço das civilizações antigas, como os egípcios e os babilônios, desenvolveram-se os primeiros sistemas de registos suportados em materiais como fichas de barro e cerâmica, utilizados para controlar transações comerciais e pagamentos (Lira & Costa Marques, 2005).

A **contabilidade financeira** constitui um sistema estruturado de registo, classificação, análise e comunicação de informações económicas e financeiras de uma entidade, com o objetivo de fornecer dados fiáveis e relevantes que apoiem a tomada de decisão por parte de utilizadores internos e externos. Este ramo da contabilidade procura apresentar de forma transparente a posição financeira, o desempenho económico e os fluxos de caixa da entidade, garantindo a fidelidade da informação através da aplicação rigorosa de princípios contabilísticos geralmente aceites e normas legais vigentes (Flood, 2021).

A informação produzida pela contabilidade financeira tem como principal finalidade fornecer dados fiáveis e relevantes sobre a posição financeira, o desempenho e as alterações na situação patrimonial de uma entidade. Esta informação destina-se essencialmente a utilizadores externos, como investidores, credores, fornecedores, autoridades fiscais, reguladores e o público em geral, que necessitam de compreender a realidade económica e financeira da organização para tomar decisões informadas. Assim, o objetivo fundamental da contabilidade financeira é preparar e apresentar demonstrações financeiras que proporcionem informação útil na tomada de decisões económicas, permitindo, por exemplo, avaliar a rendibilidade, o risco, a liquidez e a solvabilidade da entidade, bem como apoiar decisões relacionadas com o investimento, o financiamento ou o cumprimento de obrigações fiscais e legais (Comissão de Normalização Contabilística, 2009).

De acordo com a Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) , o objetivo do relato financeiro de propósito geral é proporcionar informação útil a investidores, financiadores e outros credores na tomada de decisões económicas. Para garantir a qualidade dessa informação, a contabilidade financeira assenta em princípios fundamentais, como a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a comparabilidade e a tempestividade, que asseguram a utilidade e a fiabilidade dos dados divulgados (Freitas, 2019).

Em território português, a prática contabilística segue o enquadramento legal definido pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) , conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 158/2009, e está alinhada com as diretrizes internacionais aplicáveis pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), através das IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro) .

A adoção do SNC e a sua compatibilidade com as IFRS garantem que as demonstrações financeiras preparadas em Portugal sejam comparáveis com as de outras empresas e países que também adotam essas normas internacionais.

2.2. Contabilidade na Era Digital

A Era Digital trouxe profundas alterações ao modo como a contabilidade é executada. A utilização Enterprise Resource Planning (ERP), que se traduz em sistemas integrados de gestão, a digitalização documental, o armazenamento em nuvem e, mais recentemente, o recurso à inteligência artificial e à análise preditiva, transformaram o papel do contabilista na medida em que, o profissional centrado no registo e conformidade, passou-se para um perfil mais analítico e estratégico, focado na criação de valor através da informação.

Nesta nova realidade, os dados são gerados e processados em tempo real, aumentando a agilidade dos relatórios e a capacidade de resposta da contabilidade às necessidades da gestão. O contabilista moderno atua cada vez mais como um gestor da informação financeira, com competências tecnológicas e capacidade crítica.

2.2.1. Oportunidades

A digitalização trouxe diversas oportunidades para os profissionais da contabilidade e para as organizações. Entre as principais, destacam-se:

- Automatização de tarefas rotineiras, como lançamentos contábilísticos, conciliações e apuramentos fiscais;
- Redução de erros humanos, graças à integração e validação de dados em sistemas automatizados;
- Acesso em tempo real à informação financeira, melhorando a tomada de decisões;
- Maior produtividade e redução de custos operacionais;
- Maior transparência e rigor fiscal, assegurando o cumprimento de prazos e obrigações;
- Possibilidade de focar em tarefas de maior valor acrescentado, como análise financeira, planeamento fiscal e apoio à gestão;
- Melhor colaboração com os clientes, através de plataformas digitais que facilitam o envio de documentos e a comunicação.

2.2.2. Desafios

Apesar das vantagens, a digitalização também impõe uma série de desafios à profissão contabilística:

- Adaptação às novas tecnologias, exigindo uma aprendizagem contínua por parte dos profissionais;
- Cibersegurança, uma vez que a informação financeira é cada vez mais armazenada e transferida digitalmente;
- Desatualização de competências tradicionais, tornando urgente o desenvolvimento de novas competências digitais e analíticas;
- Dependência tecnológica, que pode levar a interrupções em caso de falhas nos sistemas;
- Alteração da função do contabilista, que passa de executor para analista, exigindo mudança de mentalidade;
- Questões éticas e legais, sobretudo em relação à privacidade dos dados e à utilização de IA nos processos decisórios.

A transformação digital da contabilidade, embora inevitável, requer uma abordagem estratégica, tanto por parte das organizações como dos profissionais, para garantir uma transição eficaz e ética.

CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE DE ESTÁGIO

Neste capítulo, apresenta-se uma descrição detalhada da entidade onde foi realizado o estágio, com o objetivo de contextualizar o ambiente organizacional em que decorreram as atividades. Para tal, será apresentada uma breve descrição da história e evolução da organização, bem como a sua missão, visão e valores. Aborda-se também a estrutura organizacional, os principais serviços prestados e o perfil dos seus clientes, assim como a estratégia adotada e o seu posicionamento no mercado.

Por fim, serão analisados os recursos humanos e tecnológicos presentes na instituição, que são elementos essenciais para garantir a qualidade dos serviços prestados e a sua adaptação à exigência da era digital.

3.1. História e apresentação

A Maga – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda. é uma sociedade de serviços especializada na área da contabilidade, com uma trajetória consolidada de mais de duas décadas de atividade. Fundada a 20 de abril de 1994 e iniciando a sua atividade a 5 de maio do mesmo ano, a empresa encontra-se sediada na cidade de Ponta Delgada, concretamente na Rua José do Canto, n.º 6A, Bloco B, cave do Edifício Panorama, localizado na zona da Arquinha (*Maga – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda.*, 2019).

Ao longo do seu percurso, a *Maga* distingue-se pela qualidade dos serviços prestados, pela relação de proximidade e confiança estabelecida com os seus clientes, bem como pela capacidade de adaptação às exigências e transformações que caracterizam o contexto económico e empresarial. Esta postura permitiu-lhe desenvolver uma atuação pautada pela competência técnica, rigor e profissionalismo, garantindo a sua sustentabilidade e reconhecimento no mercado regional (*Maga – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda.*, 2019).

A celebração do seu 25.º aniversário, em 2019, constituiu um momento de especial relevância institucional. O evento contou com a participação de colaboradores, clientes, fornecedores e familiares dos sócios, refletindo a importância das relações que a empresa tem cultivado ao longo do tempo. Paralelamente, procedeu-se a uma atualização da identidade visual da organização, reforçando a sua imagem corporativa e o

compromisso de modernização contínua (Maga – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda., 2019).

3.2. Missão, visão e valores

De acordo com a filosofia da empresa, a sua missão é prestar serviços de contabilidade com qualidade, rigor e proximidade, contribuindo para a sustentabilidade e crescimento dos seus clientes.

A visão da Maga passa por ser uma referência regional no setor da contabilidade, através da inovação e da adaptação aos desafios da era digital, designadamente a desmaterialização da documentação e o reforço do papel da contabilidade como apoio estratégico à gestão.

Os valores fundamentais que norteiam a atuação da empresa incluem:

- Proximidade com os clientes
- Lealdade e confiança mútua
- Competência técnica e profissionalismo
- Resiliência e capacidade de superação
- Ética e responsabilidade

3.3. Estrutura organizacional

A Maga apresenta uma estrutura organizacional gerida por três sócios-gerentes: a Sra. Ana Patrícia Silva, o Dr. Camilo Moniz e o Dr. José Gaudêncio, sendo os dois últimos Contabilistas Certificados (CC), pela ordem dos Contabilistas.

A chefia operacional do escritório está a cargo da Ana Patrícia Silva, que coordena diretamente uma equipa composta por quatro técnicos de contabilidade, sendo eles a Marina Maia, a Ana Silva, o Marco Raposo e a Inês Sousa, e por um Contabilista Certificado, o Dr. João Gaudêncio.

Os técnicos de contabilidade desempenham funções de carácter multifacetado, abrangendo tanto tarefas de contabilidade como de recursos humanos. Já o CC, Dr. João Gaudêncio tem como principais responsabilidades a verificação e validação do trabalho desenvolvido pelos técnicos, o apoio à tomada de decisões estratégicas, bem como a preparação e submissão de candidaturas a apoios, subsídios e projetos destinados às empresas clientes da sociedade.

Trata-se de uma estrutura organizacional de dimensão reduzida, mas estável, que privilegia a proximidade, a comunicação eficaz e a eficiência operacional. A existência

de poucos níveis hierárquicos potencia a autonomia dos colaboradores, promove a descentralização do processo de decisão e fomenta uma interação direta e dinâmica entre os membros da equipa.

3.4. Serviços prestados e perfil de clientes

A Maga presta um conjunto diversificado de serviços na área da contabilidade, processamento de dados e apoio à gestão. Entre os principais serviços destacam-se:

- Contabilidade geral e analítica
- Processamento salarial e gestão de recursos humanos
- Declarações fiscais e obrigações legais
- Apoio na criação e acompanhamento de empresas
- Consultoria fiscal e financeira

O perfil dos clientes da empresa é maioritariamente composto por empresários em nome individual, profissionais liberais (como médicos e advogados), e pequenas e médias empresas (PME) de diversos setores de atividade. A relação com os clientes pauta-se pela confiança, proximidade e acompanhamento personalizado, espelhando, assim, os valores da empresa.

3.5. Posicionamento no mercado e Estratégia da empresa

Segundo a informação disponibilizada pela própria entidade, o posicionamento da *Maga – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda.* assenta na prestação de serviços de elevada qualidade, sustentados pela competência técnica dos seus profissionais e pela construção de relações de confiança sólidas e duradouras com os clientes. Esta orientação tem permitido à empresa afirmar-se num setor marcado pela competitividade e pela constante evolução das exigências legais e fiscais.

No que respeita à sua estratégia de desenvolvimento futuro, a organização privilegia a aposta na transformação digital, designadamente através da desmaterialização dos processos contabilísticos e da integração de tecnologias de informação que potenciem a otimização dos serviços prestados, assegurando simultaneamente maior celeridade e rigor no cumprimento das obrigações legais e fiscais.

Paralelamente, a *Maga* procura reforçar o papel da contabilidade enquanto instrumento de apoio à gestão e à tomada de decisão, disponibilizando serviços de

aconselhamento especializado orientados para a maximização da rentabilidade e para o crescimento sustentado das empresas suas clientes.

3.6. Recursos humanos e tecnológicos

A empresa conta com uma equipa estável e experiente, composta pelos três sócios-gerentes e quatro técnicos de contabilidade. O ambiente de trabalho é marcado pela cooperação e pela valorização do capital humano, reconhecendo-se a importância da formação contínua e da atualização profissional, especialmente perante as exigências da digitalização.

Em termos de recursos tecnológicos, a Maga tem vindo a acompanhar a evolução do setor, recorrendo a softwares de contabilidade certificados, tais como o TOC online e o Primavera, e promovendo a desmaterialização de processos como forma de aumentar a eficiência, reduzir erros e facilitar o acesso à informação, tanto internamente como para os clientes.

CAPÍTULO IV – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO

O estágio curricular decorreu na empresa A Maga – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda., tendo permitido o contacto direto com a prática profissional na área da contabilidade.

Durante o estágio, foi possível acompanhar e colaborar em diversas tarefas relacionadas com o ciclo contabilístico, desde a receção e organização da documentação até à preparação das demonstrações financeiras e cumprimento das obrigações fiscais e contributivas.

As atividades desenvolvidas foram fundamentais para a consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação académica, proporcionando uma visão prática das rotinas e exigências do setor contabilístico, bem como da importância do rigor, organização e cumprimento dos prazos legais.

Neste capítulo é descrita de forma sistemática as principais tarefas realizadas, divididas por áreas temáticas, destacando-se as rotinas de organização documental, controlo interno, processos fiscais, processamento salarial e operações de encerramento anual de contas.

4.1. Controlo Interno

De acordo com Neves (2008), *“Um sistema contabilístico fiável deve assentar num sistema de controlo interno adequado. Só assim se pode confiar na informação por ele gerada. Informações contabilísticas distorcidas podem levar a conclusões erradas e consequentes tomadas de decisão danosas para a empresa.”*. Neste sentido, o controlo interno assume um papel central na garantia da confiabilidade e integridade da informação contabilística, funcionando como um conjunto de procedimentos que permitem verificar a consistência dos registos e assegurar o cumprimento das normas legais e fiscais em vigor.

Durante o estágio na empresa, foi possível acompanhar diversas práticas relacionadas com o controlo interno, entre as quais se destacam duas, sendo elas: a receção, tratamento e organização da documentação contabilística; e a revisão e fecho periódico das contas, sendo estas fundamentais para garantir a qualidade da informação financeira e apoiar a tomada de decisões de gestão.

4.1.1. Receção, tratamento e organização de documentos

Uma das primeiras atividades observadas no âmbito do controlo interno foi a receção, conferência e organização da documentação contabilística dos clientes, nomeadamente faturas, recibos, extratos bancários e outros comprovativos de operações. Este processo constitui a base do registo contabilístico e fiscal, garantindo a fiabilidade da informação financeira e permitindo o cumprimento das obrigações legais.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, que veio regulamentar matérias relacionadas com faturação, processamento de documentos e conservação de registos, os sujeitos passivos de IVA têm a obrigação de arquivar e conservar em boa ordem os livros, registos e documentos de suporte durante um período mínimo de dez anos (artigo 19.º, n.º 1).

A participação nesta tarefa permitiu compreender a importância de um sistema de organização documental eficaz, não apenas para efeitos de gestão interna, mas também para assegurar a transparência e rastreabilidade exigidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), facilitando a preparação de declarações fiscais e a eventual realização de auditorias.

4.1.2. Revisão contabilística e fecho periódico de contas

A revisão contabilística e o fecho periódico de contas constituem etapas fundamentais do sistema de controlo interno, uma vez que garantem a correção, consistência e fiabilidade da informação registada. De acordo com Alves (2022), estas práticas assumem um papel essencial na preparação e no encerramento de contas, permitindo que os dados financeiros apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da situação económico-financeira da empresa. Além disso, contribuem para a deteção atempada de erros ou omissões, facilitando o processo de fecho anual e assegurando a conformidade com as exigências legais e fiscais aplicáveis.

Na empresa em análise, parte do controlo interno era realizada mensal ou trimestralmente, consoante o volume de operações de cada cliente e de acordo com as necessidades de reporte e com as exigências legais e fiscais de cada cliente, permitindo corrigir inconsistências de forma contínua.

No âmbito destas atividades, destacava-se a realização das conciliações bancárias, efetuadas logo após o lançamento contabilístico de cada período. Este processo era feito manualmente, através da impressão do extrato da conta 12 – Depósitos à Ordem do

sistema contabilístico e da sua comparação com o extrato bancário da instituição financeira. As diferenças encontradas eram registadas como movimentos pendentes, sendo transpostas para o período seguinte até à sua regularização.

Para além das conciliações bancárias, a revisão contabilística incluía a extração de uma listagem do sistema e-fatura, integrada no programa de contabilidade, contendo todos os documentos ainda por contabilizar.

Paralelamente, era elaborada uma lista com os movimentos pendentes resultantes da conciliação bancária. Ambas as listagens eram enviadas aos clientes, que posteriormente forneciam os documentos e informações em falta, permitindo assim completar os registos contabilísticos e garantir a exatidão da contabilidade.

Este procedimento sistemático permite manter um histórico rigoroso das operações financeiras, evita a duplicação ou omissão de lançamentos e facilita a identificação de erros ou atrasos na documentação fornecida pelos clientes. Além disso, contribui para a preparação segura do fecho anual, mitigando riscos de inconsistências entre o registo contabilístico e os movimentos bancários que poderiam afetar a fiabilidade dos relatórios financeiros e a tomada de decisão (Alves, 2022).

4.2. Processos fiscais e obrigações declarativas

Merêncio (2019) afirma que “a contabilidade tem um papel fundamental na vida das empresas, não só na preparação da informação para a gestão em geral mas também nas obrigações declarativas e fiscais a que as mesmas estão sujeitas”. De facto, ao longo de cada exercício económico, a contabilidade desempenha um papel central tanto na gestão interna das empresas como no cumprimento das obrigações fiscais e declarativas, procurando garantir que a atividade respeita os normativos legais em vigor. O cumprimento pode incluir a submissão de ficheiros eletrónicos, a entrega de declarações periódicas e o pagamento atempado de impostos, devendo todos os prazos legais serem rigorosamente respeitados. Para apoiar este processo, o Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) disponibiliza a agenda fiscal, enquanto o Portal da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) apresenta o calendário fiscal, ambos constituindo instrumentos de referência prática para profissionais e entidades.

Durante o estágio os processos fiscais e as obrigações declarativas revelaram-se um dos eixos centrais da prática contabilística, uma vez que garantem não só o cumprimento das exigências legais e regulamentares impostas pela AT e outras entidades,

mas também a transparência e fiabilidade da informação financeira prestada pelas empresas.

A execução rigorosa destas tarefas é essencial para evitar coimas, juros de mora ou outras penalizações, além de contribuir para a manutenção de uma boa reputação fiscal junto da administração tributária.

4.2.1. Apuramento e Declaração periódica de IVA

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é um imposto indireto de consumo aplicado em Portugal que incide sobre transmissões de bens, prestações de serviços, aquisições intracomunitárias e importações. Constitui uma das obrigações fiscais mais frequentes e relevantes para as empresas, que atuam como sujeitos passivos responsáveis pela recolha e entrega do imposto ao Estado, garantindo a conformidade com o Código do IVA, (Governo de Portugal, s.d.).

O processo de apuramento inicia-se com a recolha, organização e registo contabilístico de todos os documentos de suporte, incluindo faturas de vendas e compras, notas de crédito e débito, entre outros.

Com base nestes registos, calcula-se o IVA a entregar ao Estado, resultante da diferença entre o IVA liquidado nas vendas (cobrado aos clientes) e o IVA dedutível nas compras (suportado nas aquisições). Esta metodologia segue o regime previsto no Código do IVA, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 345/2008, que define a obrigação de liquidação do imposto nas transmissões de bens e prestações de serviços (artigos 1.º e 2.º) e o direito à dedução do IVA suportado nas aquisições (artigos 19.º e seguintes).

A declaração periódica de IVA deve ser submetida eletronicamente através do Portal das Finanças, respeitando a periodicidade mensal ou trimestral, consoante o volume de negócios da entidade (art.º 41.º do CIVA).

Estão enquadrados no regime mensal de IVA os sujeitos passivos cujo volume de negócios seja igual ou inferior a 650.000 euros no ano civil anterior, devendo a declaração periódica ser entregue ao dia 20 do 2.º mês seguinte ao período a que respeitam as operações (alínea a) do n.º 1 do artigo 41.º do Código do IVA). Já no enquadramento em regime de IVA trimestral estão incluídos os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano civil anterior tenha sido superior a 650.000 euros, devendo a declaração periódica ser entregue até ao dia 20 do 2.º mês seguinte ao trimestre a que respeitam as operações. No entanto, conforme uma medida de simplificação fiscal aprovada pelo Conselho de

Ministros em março de 2025, os contribuintes que optarem pelo regime mensal de IVA deixarão de estar obrigados a permanecer neste regime durante três anos, como era exigido anteriormente (Lusa, 2025).

Sempre que haja imposto a pagar, o respetivo pagamento deve ser efetuado dentro do prazo legal estabelecido, normalmente até cinco dias após a data limite de entrega das declarações periódicas.

O processo de entrega da declaração periódica de IVA inicia-se com o apuramento do imposto. Na empresa de estágio, este procedimento envolvia a extração, a partir do programa contabilístico, dos balancetes das contas 71- Vendas à 73 - Variações nos Inventários da Produção e das 2432 - IVA Dedutível à 2439 - IVA Liquidações Oficiosas, garantindo sempre a conferência dos valores de vendas e do IVA liquidado com o sistema e-fatura.

De seguida, utilizando a funcionalidade “Apuramento de IVA” do programa de contabilidade, procedia-se ao lançamento do apuramento, que calculava automaticamente o IVA a pagar ou a recuperar com base nos registos do período. Após este cálculo, era gerada uma declaração pré-preenchida. Nos períodos em que ocorressem transmissões intracomunitárias de bens, operações similares ou prestações de serviços a sujeitos passivos noutro Estado-Membro da União Europeia (UE), também era apresentada a declaração recapitulativa (artigo 30.º do RITI, quadro 04).

Caso não se realizassem operações tributáveis ou regularizações de imposto, esta situação era registada no quadro 05, mantendo-se, contudo, a obrigação de entrega da declaração periódica de IVA (n.º 2 do artigo 29.º do CIVA).

Por fim, o quadro 06 era preenchido com base nos dados contabilísticos. Apesar de pré-preenchido, os valores eram sempre confirmados com os balancetes extraídos, garantindo a precisão e a consistência da declaração. Para apoiar este processo, a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) disponibiliza um guia de preenchimento da declaração de IVA, que podia ser consultado em caso de dúvidas, assegurando que o preenchimento fosse realizado de forma correta e conforme a legislação em vigor.

4.2.2. Declaração recapitulativa de IVA

A declaração recapitulativa de IVA, já mencionada anteriormente, é uma obrigação acessória que deve ser cumprida sempre que os sujeitos passivos do imposto efetuem transmissões intracomunitárias de bens ou operações assimiladas, nos termos do RITI –

Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, bem como prestações de serviços a sujeitos passivos situados noutro Estado-Membro, seja pela sede, estabelecimento estável ou domicílio, quando tais operações sejam localizadas nesse Estado de acordo com o Código do IVA (CIVA) (Balcão do Empreendedor, s.d.).

Durante o estágio a declaração recapitulativa era submetida eletronicamente através do Portal das Finanças, permitindo à Autoridade Tributária e Aduaneira monitorizar as operações intracomunitárias e assegurar o cumprimento das obrigações fiscais em toda a União Europeia.

4.2.3. Modelo 30

O Modelo 30 é uma obrigação declarativa aprovada pela Portaria n.º 98/2021, de 5 de maio, prevista na alínea a) do n.º 7 do artigo 119.º do Código do IRS e no artigo 128.º do Código do IRC, destinando-se a declarar os rendimentos pagos ou colocados à disposição de entidades não residentes em Portugal. Enquadram-se nesta obrigação, por exemplo, as prestações de serviços ou o pagamento de comissões a plataformas estrangeiras como o Airbnb, Booking, VRBO, GetYourGuide, entre outras.

A entrega desta declaração é mensal e deve ser efetuada até ao final do segundo mês seguinte àquele em que ocorram as transmissões de bens ou serviços (Diário da República, 2020).

O incumprimento destes prazos pode implicar coimas ou penalizações por parte da Autoridade Tributária (AT), razão pela qual o seu correto preenchimento e submissão assumem particular relevância.

Na prática, este procedimento era realizado através de uma extensão do portal das finanças para preenchimento offline do modelo 30. Considerando que, na maioria das situações, não eram efetuadas retenções na fonte, preenchia-se a declaração com os seguintes elementos: identificação da entidade não residente, identificação do contabilista certificado (quando aplicável), o mês e ano de referência, o tipo de declaração, o NIF português e estrangeiro do sujeito passivo não residente, o código do país, o tipo e valor do rendimento, bem como o código do regime de tributação aplicável.

Após o preenchimento, procedia-se à validação da declaração, garantindo a inexistência de erros ou omissões. Finalmente, o ficheiro era guardado na rede interna da empresa e submetido eletronicamente à Autoridade Tributária, concluindo o processo.

4.2.4. Ficheiros SAF-T

O ficheiro SAF-T (PT) – *Standard Audit File for Tax Purposes*, versão portuguesa – é um ficheiro eletrónico normalizado que visa concentrar a informação contabilística e fiscal das entidades, permitindo à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) analisar e validar a consistência dos registos. Este formato, desenvolvido em XML, possibilita a exportação padronizada dos dados contabilísticos, independentemente do software utilizado, garantindo a integridade e a interoperabilidade da informação (Portugal, 2008).

A sua obrigatoriedade decorre do disposto na Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, posteriormente alterada pela Portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro, sendo exigido aos sujeitos passivos enquadrados no n.º 1 do artigo 123.º do Código do IRC. Estes devem disponibilizar o ficheiro sempre que solicitado pelos serviços de inspeção tributária ou em situações específicas de reporte fiscal em que tal seja requerido.

No que respeita à comunicação periódica, a legislação estabelece que o envio do ficheiro deve ser efetuado até ao dia 5 do mês seguinte ao da emissão das faturas ou, quando este não seja útil, no primeiro dia útil subsequente.

Importa referir que, a partir de 2023, passou igualmente a ser obrigatória a comunicação mensal mesmo quando não exista faturação, assegurando assim a uniformidade no reporte de informação (Vendus, 2025).

Na prática, o cliente enviava o ficheiro SAF-T (PT) por e-mail, para que fosse possível proceder ao respetivo carregamento no Portal e-Fatura. Antes da submissão, o sistema disponibiliza a opção de validação e, caso não fossem detetados erros, o ficheiro era submetido, permanecendo em processo de integração. Alguns dias depois, era comum voltar a consultar o portal para confirmar se a integração tinha sido concluída com sucesso.

4.2.5. Declaração trimestral

A Declaração Trimestral representa uma obrigação legal dirigida aos trabalhadores independentes enquadrados no regime da Segurança Social, desempenhando um papel fundamental no cálculo das contribuições devidas. Este procedimento consiste na comunicação à Segurança Social dos rendimentos obtidos nos três meses anteriores, servindo de base ao apuramento do rendimento relevante e, consequentemente, ao cálculo do valor das contribuições mensais. A submissão da declaração deve ser realizada através da plataforma da Segurança Social Direta, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro,

sendo essencial para garantir o cumprimento das obrigações contributivas e o acesso às respetivas prestações sociais (Santander, 2025).

De acordo com o calendário definido para o ano de 2025, os rendimentos de outubro, novembro e dezembro de 2024 devem ser declarados até 31 de janeiro; os de janeiro, fevereiro e março de 2025 até 30 de abril; os correspondentes a abril, maio e junho até 31 de julho; e, por fim, os de julho, agosto e setembro até 31 de outubro. A declaração deve ser submetida até ao último dia do mês seguinte ao trimestre a que dizem respeito os rendimentos e, caso se verifiquem incorreções, pode ser substituída durante o mês de entrega ou até ao 15.º dia após o termo do prazo legal.

Embora a responsabilidade de entrega recaia sobre o próprio trabalhador independente, é frequente que os gabinetes de contabilidade prestem apoio no processo, assegurando o cumprimento dos prazos e a correta aplicação das regras de cálculo. O preenchimento exige a inserção dos rendimentos correspondentes a cada um dos três meses do trimestre, sendo esses valores determinantes para o apuramento da base de incidência contributiva.

Durante o período de referência da declaração trimestral, o rendimento relevante é determinado com base nos rendimentos obtidos nos três meses anteriores ao mês de submissão, aplicando-se coeficientes legais específicos apresentados no guia prático disponibilizado no portal da segurança social: 70% sobre o total das prestações de serviços, 20% sobre os rendimentos decorrentes da produção e venda de bens e 20% sobre os rendimentos de atividades hoteleiras, de restauração e similares, desde que declarados fiscalmente como tal (Instituto da Segurança Social, 2025).

A Segurança Social utiliza este rendimento relevante para calcular automaticamente a contribuição devida, aplicando as taxas correspondentes à atividade do trabalhador independente. A contribuição mensal é calculada sobre a base de incidência derivada do rendimento relevante, podendo o contribuinte ajustar o valor em até 25%, respeitando sempre o limite mínimo de 20 euros por mês. Quando não existam rendimentos ou a contribuição apurada seja inferior a este valor, mantém-se a obrigação de pagamento da contribuição mínima de 20 euros mensais para o trimestre subsequente.

A declaração é preenchida diretamente no portal da Segurança Social Direta, inserindo os rendimentos obtidos em cada um dos três meses, de acordo com a sua origem. O sistema calcula automaticamente o valor da contribuição devida, permitindo

ao trabalhador independente cumprir corretamente as suas obrigações contributivas de forma proporcional aos rendimentos efetivamente auferidos.

4.2.6. Processamento de salários

O processamento de salários constitui uma das áreas mais relevantes e sensíveis da contabilidade, dado que assegura não apenas a correta remuneração dos trabalhadores, mas também o cumprimento integral das obrigações legais, fiscais e contributivas. Trata-se de um procedimento que exige rigor, sistematização e constante atualização normativa, uma vez que qualquer incorreção pode originar consequências financeiras e legais significativas para a entidade empregadora. Este processo deve ser concluído até ao último dia do mês a que respeitam as remunerações, permitindo a disponibilização atempada dos recibos aos colaboradores e o cumprimento dos prazos legais de submissão das declarações obrigatórias.

No software TOOnline, o processamento inicia-se com o registo do cadastro de pessoal, que compreende a introdução dos dados pessoais e contratuais de cada trabalhador, incluindo a identificação fiscal e de segurança social, a categoria profissional, o tipo de contrato, o vencimento base e outros elementos fixos, como subsídios de alimentação ou diuturnidades. Esta configuração inicial possibilita a automatização dos processamentos mensais, assegurando consistência e reduzindo a probabilidade de erros.

Concluída esta fase inicial, e com o cadastro de pessoal devidamente preenchido, procede-se mensalmente à recolha de todos os elementos necessários ao cálculo das remunerações. Esta etapa envolve o registo das horas efetivamente trabalhadas, do trabalho suplementar, dos subsídios, ajudas de custo, prémios, faltas, férias e baixas médicas, bem como a introdução de atualizações decorrentes de alterações salariais, promoções, mudanças de categoria profissional ou de regime contratual.

A recolha da informação é efetuada diretamente pelas entidades empregadoras que a comunicam, utilizando folhas de ponto, registos eletrónicos de presença e comunicação com os departamentos ou colaboradores responsáveis, assegurando a fiabilidade dos dados utilizados no processamento.

No TOOnline, após reunir toda a informação necessária, procede-se ao processamento através da funcionalidade “Alterações, Processamentos e Encerramento”, introduzindo-se as alterações necessárias e gerando os recibos de vencimento. Durante

esta fase, verifica-se se os descontos e encargos foram corretamente aplicados. Para a Segurança Social, aplica-se a taxa contributiva de 11% sobre o vencimento bruto, correspondendo ao valor a descontar ao trabalhador. O cálculo da retenção de IRS é realizado de acordo com a fórmula: $\text{Retenção de IRS} = (\text{Remuneração mensal base} \times \text{Taxa marginal}) - \text{Parcela a abater} - (\text{Parcela adicional por dependente} \times \text{Número de dependentes})$, utilizando sempre a tabela anual mais recente publicada pela Autoridade Tributária (TOConline, 2023).

Concluídas estas verificações, procede-se à finalização dos recibos de vencimento e à sua entrega às entidades competentes, assegurando que toda a informação se apresenta consistente, correta e em conformidade com a legislação em vigor.

Por fim, é necessário assegurar o cumprimento das obrigações declarativas associadas ao processamento, designadamente a DMR-AT – Declaração Mensal de Remunerações à Autoridade Tributária e a DMR-SS/DRI – Declaração de Remunerações à Segurança Social.

A DMR-AT destina-se a comunicar, de forma mensal, os rendimentos do trabalho dependente e equiparados pagos aos trabalhadores, bem como a declarar as respetivas retenções na fonte de IRS e as contribuições para a Segurança Social associadas, garantindo que o Estado dispõe de informação atualizada para efeitos de tributação e de controlo fiscal (Ordem dos Contabilistas Certificados, 2025).

Já a DMR-SS/DRI tem como objetivo declarar os valores das remunerações comunicadas aos trabalhadores, permitindo o cálculo das contribuições sociais devidas, quer da parte do trabalhador, quer da parte da entidade empregadora, servindo ainda de base ao apuramento de direitos sociais futuros, como pensões, subsídios de parentalidade, de desemprego ou de doença (Pimentel, 2024).

Na prática, procede à submissão das declarações DMR e DRI, ambas até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que dizem respeito às remunerações, utilizando para esse efeito a funcionalidade “Declarações DMR/DRI” no TOConline. Após a submissão, emite-se a guias remetendo-as aos clientes, para que estes efetuem o pagamento do IRS retido na fonte e das contribuições para a Segurança Social, assegurando que ambos os pagamentos sejam realizados até ao dia 20 do mesmo mês.

CAPÍTULO V – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO

O presente capítulo visa promover uma reflexão crítica sobre a experiência vivenciada durante o estágio, transcendendo a simples descrição das atividades desenvolvidas. A análise permite avaliar a pertinência das práticas realizadas, a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos na formação acadêmica e os desafios enfrentados no contexto profissional, identificando aprendizagens significativas, competências aprimoradas e áreas de desenvolvimento.

5.1. Análise à entidade de acolhimento

A integração na entidade de acolhimento revelou-se extremamente positiva, caracterizando-se por um ambiente de trabalho acolhedor e por uma equipa disponível e cooperante, sempre pronta a prestar apoio quando necessário. Desde o início, a adaptação decorreu de forma natural, favorecida pela receção atenciosa e pelo acompanhamento próximo de todos os colaboradores, o que contribuiu para que a fase inicial de adaptação fosse rápida e eficaz.

Numa primeira etapa, contou-se com o acompanhamento direto do Contabilista Certificado Dr. João Gaudêncio e da Sra. Ana Patrícia Silva, cuja orientação inicial foi determinante para a compreensão da estrutura organizacional da empresa, das rotinas diárias e dos procedimentos essenciais ao desempenho correto das tarefas. Este apoio permitiu executar as atividades de forma autónoma, assegurando que os processos fossem cumpridos com rigor e eficiência.

Salienta-se, igualmente, a importância do contributo de toda a equipa no processo de integração. Cada colaborador demonstrou interesse e disponibilidade em partilhar conhecimento, promovendo um ambiente de aprendizagem colaborativo, dinâmico e motivador. A orientação prestada, aliada à análise de casos práticos, possibilitou compreender, de forma aplicada, diversas situações típicas do exercício da atividade profissional, fortalecendo competências técnicas e operacionais.

Do ponto de vista tecnológico, a entidade de acolhimento faz uso de ferramentas digitais modernas que potenciam significativamente a execução das tarefas. Destaca-se, em particular, o software *TOCOnline*, considerado uma das plataformas mais completas na área da contabilidade. A utilização desta ferramenta permitiu automatizar e digitalizar vários processos, agilizando procedimentos, reduzindo a margem de erro e aumentando a eficiência operacional. O acesso e a prática com esta plataforma constituíram, assim,

uma mais-valia relevante, não apenas para a execução das tarefas, mas também para o enriquecimento da aprendizagem prática e para a consolidação de competências profissionais.

5.2. Análise crítica às atividades desenvolvidas

Ao longo do estágio, as atividades desenvolvidas permitiram aplicar de forma prática os conhecimentos adquiridos durante a formação académica, ao mesmo tempo que evidenciaram a importância crescente da digitalização na contabilidade. A análise crítica a estas tarefas demonstra não apenas a sua relevância para o funcionamento diário da entidade, mas também revela oportunidades de melhoria e inovação alinhadas com a teoria estudada.

5.2.1. Análise crítica as atividades de receção, tratamento e organização de documentos

A receção e organização documental constituiu uma das tarefas mais frequentes na entidade de acolhimento, representando a base de todo o processo contabilístico. A empresa já deu um passo importante ao adotar a utilização de uma pasta no Google Drive, onde os clientes podem submeter a documentação de forma digital. Esta prática permitiu reduzir a circulação de documentos físicos, aumentar a acessibilidade à informação e facilitar a partilha entre cliente e contabilista.

Contudo, verificaram-se algumas limitações: em diversas situações foi necessário contactar os clientes para que atualizassem a pasta com os documentos em falta. Esta dependência compromete, por vezes, a fluidez do processo contabilístico e gera atrasos no tratamento da informação.

Uma solução possível seria permitir que os próprios fornecedores enviassem as faturas eletrónicas diretamente para uma conta de e-mail associada à contabilidade, ficando estas automaticamente armazenadas e organizadas por cliente. Este modelo, já utilizado em alguns softwares de contabilidade cloud, permitiria reduzir a dependência da ação manual dos clientes e garantir maior tempestividade no registo das operações.

Outras ideias que poderiam contribuir para a resolução deste desafio incluem:

- **Utilização de caixas de e-mail inteligentes:** cada cliente teria um endereço eletrónico dedicado (ex.: clienteX@empresa.com), para onde os fornecedores enviariam as faturas.

- **Alertas automáticos de documentos em falta:** configurar notificações que informem clientes quando existem períodos sem submissão de faturas (mensais ou semanais), incentivando-os a manter a documentação atualizada.
- **Integração com plataformas de e-fatura da AT:** sempre que possível, cruzar a informação submetida pelos clientes com as faturas comunicadas à Autoridade Tributária, assegurando a integridade e completude dos dados.

Assim, a análise deste ponto confirma que, embora a entidade já tenha implementado práticas de digitalização relevantes, existem ainda oportunidades de inovação que poderiam reforçar a eficiência do processo e reduzir a dependência da intervenção manual dos clientes.

5.2.2 Análise crítica aos processos fiscais e obrigações declarativas

Verificou-se que a entidade de acolhimento adotava procedimentos rigorosos e bem estruturados para o cumprimento dos processos fiscais e das obrigações, recorrendo ao TOOnline como ferramenta central de apoio à submissão de declarações fiscais e contributivas. Entre os aspetos positivos observou-se a eficiência na submissão das declarações periódicas de IVA, a correta entrega das declarações recapitulativas e o cumprimento dos prazos legais da Declaração Mensal de Remunerações (DMR-AT) e da Declaração de Remunerações à Segurança Social (DMR-SS/DRI).

Contudo, constatou-se que a diversidade de obrigações legais, cada uma com prazos específicos e frequentes atualizações legislativas, exige um esforço constante de atualização por parte dos técnicos, sob pena de incorrer em coimas ou penalizações. Assim, recomenda-se a aposta contínua em formação profissional e na utilização de sistemas de alerta automático de prazos, de modo a reforçar a eficácia do processo. Para além disso, sugere-se a implementação de checklists padronizadas para cada tipo de declaração, a adoção de relatórios de controlo interno mensais que permitam a revisão antecipada das submissões, e a integração de ferramentas de alerta e notificações automáticas no software contabilístico, garantindo que todas as obrigações legais sejam cumpridas dentro dos prazos. Adicionalmente, a realização de sessões periódicas de atualização normativa para a equipa de contabilidade pode assegurar que qualquer alteração legislativa seja imediatamente reconhecida e aplicada, reduzindo riscos de inconformidades.

5.2.3 Análise crítica ao processamento de salários

O processamento de salários revelou-se uma das tarefas de maior responsabilidade, pela sua ligação direta aos direitos dos trabalhadores e às obrigações legais da entidade empregadora. O recurso ao TOOnline simplificou significativamente este processo, uma vez que permitiu automatizar o cálculo das remunerações, aplicar corretamente as tabelas de IRS e as taxas contributivas da Segurança Social, bem como proceder à geração e emissão dos recibos de vencimento.

Entre os pontos fortes identificou-se a clareza e fiabilidade do sistema na aplicação das regras fiscais e laborais em vigor, garantindo segurança no cálculo das remunerações. Para além disso, a integração automática das declarações obrigatórias (DMR-AT e DMR-SS/DRI) no próprio software representou um fator diferenciador, reduzindo o risco de erros e atrasos. Contudo, observou-se que eventuais alterações de última hora, como baixas médicas ou ajustes salariais, exigiam intervenção manual imediata, o que poderia comprometer a celeridade do processo. Assim, considera-se que a implementação de sistemas de comunicação direta entre a empresa e os trabalhadores (por exemplo, através de plataformas de registo de horas e ausências em tempo real) poderia otimizar ainda mais este procedimento).

5.2.4 Análise crítica às práticas de digitalização

A entidade de acolhimento demonstra uma clara aposta na digitalização dos processos contabilísticos, procurando implementar ferramentas modernas, como o TOOnline, que permitem automatizar tarefas, reduzir erros e aumentar a eficiência global. Esta estratégia revela-se alinhada com a evolução da contabilidade na era digital e contribui para uma maior rapidez na execução das atividades, bem como para a consistência e fiabilidade da informação contabilística e fiscal. A digitalização facilita ainda a comunicação entre departamentos e a partilha de dados em tempo real, permitindo decisões mais ágeis e fundamentadas.

Entre os pontos fortes desta abordagem, destaca-se a automatização de processos repetitivos, que reduz significativamente a probabilidade de erros manuais e possibilita dedicar mais tempo a atividades de maior valor acrescentado. A integração de sistemas, como o TOOnline, com funcionalidades de processamento salarial, submissão de declarações fiscais e geração de mapas de remunerações, constitui outro aspeto positivo, assegurando maior rapidez e segurança na execução das tarefas. Adicionalmente, a

digitalização contribui para uma melhor organização e arquivo documental, permitindo que os documentos sejam facilmente acessíveis e auditáveis, em conformidade com a legislação em vigor.

Contudo, verificam-se também algumas limitações e desafios. Um dos principais pontos fracos identificados é a resistência à mudança por parte de alguns colaboradores, especialmente aqueles com maior antiguidade, que permanecem habituados a métodos tradicionais e continuam a utilizar programas antigos, como o PRIMAVERA, resistindo a transferir os clientes para sistemas mais modernos. Esta relutância gera atrasos na uniformização de processos e pode comprometer a plena integração digital da empresa. Outra limitação consiste na necessidade de formação contínua, uma vez que a introdução de novas ferramentas requer conhecimento técnico atualizado e adaptação a constantes atualizações do software, sob pena de erros operacionais.

Adicionalmente, a digitalização, apesar de acelerar processos, depende da colaboração ativa de todos os intervenientes, incluindo clientes e departamentos internos, para garantir que a informação seja enviada em tempo útil e de forma correta. A falta de familiarização ou resistência à utilização de plataformas digitais pode, portanto, criar barreiras ao aproveitamento total das vantagens tecnológicas.

Para mitigar a resistência dos colaboradores à digitalização, é importante promover ações de formação contínuas e práticas, ajustadas aos diferentes níveis de literacia digital, de modo a facilitar uma adaptação gradual às novas ferramentas. A criação de programas de mentoria interna, onde os colaboradores mais familiarizados com as tecnologias apoiam os restantes, favorece a partilha de conhecimento e reduz a insegurança associada à mudança. Uma comunicação interna clara e participativa, que envolva os colaboradores nas decisões e destaque as vantagens da transformação digital, contribui para aumentar o compromisso e a aceitação. Paralelamente, uma implementação tecnológica faseada, apoiada por suporte técnico permanente e valorização do esforço individual, ajuda a consolidar uma cultura organizacional mais colaborativa, inovadora e orientada para a eficiência.

5.3. Relação e aplicação dos conhecimentos adquiridos no percurso académico às atividades desenvolvidas

A formação académica revelou-se fundamental para o desempenho eficiente das atividades realizadas na entidade de acolhimento, uma vez que permitiu a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do percurso académico.

As unidades curriculares de Contabilidade I e II e Análise e Relato Financeiro constituíram a base essencial para a execução das tarefas contabilísticas, nomeadamente o registo de operações, a organização documental e a elaboração e interpretação das demonstrações financeiras, assegurando a fiabilidade da informação registada e a conformidade com as normas contabilísticas em vigor.

Os conhecimentos obtidos nas unidades de Fiscalidade e Contabilidade e Gestão Fiscal mostraram-se particularmente relevantes no cumprimento das obrigações declarativas, como a Declaração Mensal de Remunerações (DMR-AT), a Declaração de Remunerações à Segurança Social (DMR-SS/DRI) e as declarações periódicas de IVA, permitindo uma compreensão aprofundada dos enquadramentos legais e prazos associados a cada obrigação.

No domínio do processamento salarial, foram aplicados os conteúdos lecionados na unidade de Recursos Humanos, os quais proporcionaram uma melhor compreensão das vertentes contratual, legal e fiscal associadas à gestão de trabalhadores, assegurando o correto cálculo das remunerações e respetivas retenções.

As unidades de Controlo de Gestão e Gestão Estratégica contribuíram para o desenvolvimento de uma visão crítica e integrada da informação contabilística, possibilitando relacionar os resultados financeiros com as decisões estratégicas da empresa, reforçando a importância da contabilidade como instrumento de apoio à gestão.

Por sua vez, os Métodos Quantitativos para a Economia e Gestão e a Estatística forneceram ferramentas fundamentais para o tratamento e análise de dados, aplicadas no controlo de operações, na verificação de cálculos e na utilização eficiente dos softwares de contabilidade, como o TOConline, garantindo maior precisão e rigor nas tarefas executadas.

A conjugação entre a formação académica e a experiência prática permitiu consolidar competências técnicas e desenvolver uma compreensão mais abrangente da realidade empresarial, reforçando a importância da articulação entre o ensino teórico e a prática profissional no contexto da contabilidade moderna.

Do ponto de vista pessoal e profissional, esta experiência representou uma oportunidade de crescimento significativo. O contacto direto com a realidade organizacional permitiu desenvolver maior autonomia, sentido de responsabilidade e capacidade de adaptação, fundamentais para o exercício da profissão. Além disso, o ambiente colaborativo e o apoio prestado pelos colegas e supervisores contribuíram para um processo de aprendizagem contínuo, que complementou e aprofundou os conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico.

5.4 Propostas de melhoria e inovação digital

Com base nas observações recolhidas durante o estágio e na análise comparativa entre a prática profissional e os conhecimentos teóricos adquiridos, identificaram-se diversas oportunidades de melhoria e inovação digital que podem reforçar o papel estratégico do contabilista e otimizar a gestão interna da entidade.

A digitalização e automatização dos processos continuam a ser áreas prioritárias. A implementação de soluções que permitam o acesso controlado de clientes a dashboards personalizados, o envio de documentos online e o acompanhamento do estado de processos, como declarações submetidas ou balanços simplificados, contribuiria para maior transparência, autonomia e eficiência. Embora a empresa esteja a transitar para o TOOnline, que já integra muitas funcionalidades avançadas de contabilidade digital, algumas destas capacidades, como o portal de cliente, ainda podem ser exploradas na prática.

A automatização da reconciliação bancária e do lançamento de faturas, através da integração do software de contabilidade com sistemas bancários via Application Programming Interface (API), reduz erros e tempo gasto em tarefas repetitivas. Tecnologias como Optical Character Recognition (OCR) e Inteligência Artificial (IA) podem, por exemplo, identificar automaticamente os valores e destinatários nas faturas e sugerir lançamentos contabilísticos, acelerando processos e aumentando a precisão. Paralelamente, alertas automáticos de prazos fiscais, como para IVA e DMR, ajudam a evitar incumprimentos.

A nível do controlo de gestão e reporting, a utilização de dashboards internos permitiria monitorizar produtividade, volume de declarações processadas e tempo médio por cliente, identificando rapidamente gargalos. Para os clientes, a utilização de gráficos de fluxo de caixa ou alertas de anomalias permitem apoiar decisões mais informadas. Um

exemplo prático é a visualização automática de clientes com pagamentos em atraso, permitindo ao contabilista agir preventivamente.

No que respeita ao capital humano, a formação contínua em ferramentas digitais como Power BI, Excel avançado ou softwares cloud, associada a sessões de partilha de boas práticas, poderia ser exemplificada através de workshops mensais onde os colaboradores aplicassem os conhecimentos em casos reais de clientes.

Relativamente à comunicação com os clientes, a utilização de newsletters digitais periódicas com atualizações fiscais, sistemas de ticketing para dúvidas recorrentes e sessões online de esclarecimento permitiria uma resposta mais rápida e eficiente, reforçando o papel consultivo da entidade. Esta abordagem reduziria também a quantidade de e-mails diários que cada contabilista recebe, poupando tempo precioso na resposta a questões repetitivas, especialmente de clientes estrangeiros que frequentemente têm dúvidas sobre impostos e a finalidade de cada tributo.

Em suma, estas são algumas medidas que permitiriam transformar a entidade numa organização mais ágil, inovadora e orientada para a criação de valor, consolidando o contabilista como parceiro estratégico no apoio à gestão e tomada de decisão dos clientes.

CAPÍTULO VI – REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DA CONTABILIDADE COM O IMPACTO DA DIGITALIZAÇÃO

A contabilidade, enquanto disciplina essencial à gestão e tomada de decisão nas organizações, tem vindo a sofrer transformações profundas com o advento da digitalização. A incorporação de tecnologias digitais, a automatização de processos e a crescente utilização de sistemas inteligentes estão a redefinir o papel do contabilista, exigindo novas competências e formas de atuação. Este capítulo procura refletir sobre as implicações da transformação digital no setor contabilístico, analisando a automatização de tarefas rotineiras, o perfil emergente do profissional e as tendências futuras que prometem integrar a contabilidade de forma cada vez mais estratégica nos ecossistemas empresariais.

6.1. A transformação digital no setor contabilístico

A sociedade contemporânea é fortemente marcada pelo legado das várias revoluções industriais, que moldaram a forma como vivemos e trabalhamos. Como referido, “a sociedade atual é o resultado das várias revoluções industriais que resultaram numa sociedade moderna, totalmente integrada com as tecnologias, quer para as simples tarefas do dia a dia, como para o contexto empresarial. Hoje, é impensável a execução de determinadas tarefas sem o recurso às tecnologias e a sua evolução é tendencialmente exponencial”, (Ferreira, 2021). Esta realidade evidencia a importância de a contabilidade acompanhar o desenvolvimento tecnológico, integrando soluções digitais nos processos e na gestão de informação financeira.

No setor contabilístico, a transformação digital traduz-se na utilização de plataformas e sistemas digitais para organização, armazenamento e consulta de dados contabilísticos e financeiros. A digitalização permite que documentos, faturas e relatórios sejam geridos de forma centralizada e acessível, promovendo maior rapidez, transparência e consistência da informação. Além disso, sistemas baseados em nuvem facilitam a comunicação interna entre departamentos e garantem que a informação esteja sempre atualizada e disponível para auditoria ou tomada de decisão estratégica.

Deste modo, a transformação digital no setor contabilístico não se limita à simples implementação de tecnologias. Trata-se de uma reorganização dos processos e fluxos de trabalho que reforça a eficiência operacional, melhora a qualidade da informação

contabilística e permite que as entidades se adaptem à crescente dependência tecnológica da sociedade atual.

6.2. Automatização de tarefas e novas competências do contabilista

Segundo Martins (2025), *“O mundo dos negócios está a atravessar uma rápida transformação impulsionada por mudanças tecnológicas, culturais e económicas. Entre estas, destacam-se a criação de comunidades e a hiperpersonalização, associadas à inteligência artificial, tendências que poderão redefinir o papel da contabilidade.”*

Esta afirmação evidencia que a transformação digital na contabilidade vai muito além da simples automatização de tarefas operacionais. A tecnologia, quando integrada com estratégias de personalização e interação com comunidades de clientes, tem vindo a reconfigurar o papel do contabilista, deslocando-o progressivamente de funções meramente operacionais para atividades de carácter estratégico, centradas na análise, aconselhamento e tomada de decisão baseada em dados.

A automatização de tarefas rotineiras, como lançamentos contabilísticos, reconciliações bancárias e preenchimento de declarações fiscais, têm reduzido significativamente o tempo dedicado a atividades manuais, alterando o perfil de competências exigido ao profissional da contabilidade. Neste contexto, funções de maior valor acrescentado, como planeamento financeiro, avaliação de desempenho económico, identificação de riscos e oportunidades de negócio, tornam-se centrais na atuação do contabilista moderno.

Consequentemente, competências como literacia digital, análise e interpretação de dados, pensamento crítico, comunicação eficaz e capacidade de adaptação a novas ferramentas tecnológicas assumem um papel fundamental. O contabilista deve ser capaz de transformar a informação gerada por sistemas automatizados em recomendações estratégicas e insights que apoiem a tomada de decisão dos clientes ou da organização.

Além disso, a rápida evolução tecnológica impõe a necessidade de formação contínua, não apenas em técnicas contabilísticas, mas também em áreas complementares como tecnologias da informação, cibersegurança, compliance e metodologias de análise avançada de dados. A automatização, portanto, não diminui a relevância do contabilista, antes redefine o seu papel, orientando-o para funções de maior complexidade, raciocínio, e valor estratégico.

6.3. Tendências futuras na prática contabilística

As tendências futuras da contabilidade apontam para uma evolução acentuada do papel do contabilista, acompanhando o avanço da digitalização e da inteligência artificial (IA).

As tarefas tradicionalmente manuais, como o lançamento contabilístico e a reconciliação de documentos, tenderão a ser totalmente automatizadas, permitindo que o profissional se concentre em atividades de maior valor estratégico. Segundo Li e Zheng (2018), *“na era da inteligência artificial, os contabilistas tradicionais vão deixar algumas tarefas mais complexas para o software de contabilidade concluir”*, o que reforça a ideia de que a tecnologia será cada vez mais responsável pelas operações rotineiras e processuais.

No entanto, diversos estudos apontam que, embora a IA venha a transformar significativamente a profissão, **os contabilistas não serão substituídos**, mas sim requalificados para novas funções de análise, consultoria e gestão da informação. O estudo realizado pela **Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC)** sublinha que *“os contabilistas certificados dificilmente podem ser substituídos pela inteligência artificial”*, pois o valor humano do julgamento profissional e da interpretação crítica dos dados mantém-se indispensável (Silva et al., 2022). Os mesmos autores defendem que o futuro do contabilista passará por um reposicionamento do seu papel, tornando-se um “arquiteto de sistemas contabilísticos”, um gestor de tarefas e um “professor de assistentes robóticos”, ou seja, alguém que supervisiona e valida o trabalho executado por sistemas automatizados.

Assim, o futuro da contabilidade não se traduz numa substituição do contabilista pela tecnologia, mas antes numa redefinição do seu papel dentro das organizações. O contabilista tenderá a assumir uma função mais estratégica e analítica, integrando o domínio técnico com competências digitais e inteligência emocional — esta última, segundo Silva et al. (2022) *“(…) algo que a Inteligência Artificial ainda não tem.”*. O desafio passará, portanto, por equilibrar a automatização dos processos com a valorização do pensamento crítico, da ética e da capacidade de interpretação humana, assegurando que a contabilidade se mantenha uma profissão essencial para a tomada de decisão e a sustentabilidade das empresas.

Com o avanço acelerado da digitalização, coloca-se a questão: os contabilistas vão deixar de exercer completamente tarefas técnicas para se tornarem meramente analistas? Estudos recentes e inquéritos apontam para uma transformação significativa da

função, mas não para a sua extinção. Por exemplo, um artigo da divergente mesa-redonda “Futuro da Contabilidade” observa que a atividade contabilística “(...) *continua dificultada por burocracia e redundâncias* (...)” num setor em transformação, o que indica que a digitalização está a libertar os profissionais dessas tarefas mais mecânicas e a abrir espaço para atividades de maior valor (Jornal Económico, 2022).

Além disso, no inquérito da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) revela-se que 95% dos contabilistas já adotaram e utilizam regularmente soluções digitais, e 63% estão disponíveis para integrar soluções de IA na sua prática diária, o que evidencia uma clara predisposição para uma evolução da função técnica para uma mais analítica e estratégica. De facto, um artigo publicado no jornal ECO afirma que “80% do trabalho dos contabilistas pode ser totalmente automatizado” (Chairman da Moneris, 2025), o que reforça a ideia de que muitas tarefas manuais e repetitivas estão praticamente sob controlo tecnológico. Em consequência, embora o contabilista não deixe de existir, o seu papel altera-se profundamente: deixa de ser principalmente executor e passa a assumir funções de intérprete de dados, conselheiro estratégico e garantidor da fiabilidade da informação contabilística, exigindo competências acrescidas em tecnologia, ética e análise de negócio (Trincão, 2025).

Assim, o futuro da profissão não se define pela substituição do contabilista por máquinas, mas sim pela redefinição do seu valor, com a tecnologia a eliminar parte da carga operacional e a abrir caminhos para uma prática mais consultiva, analítica e orientada para a criação de valor para as organizações.

CAPÍTULO VII – CONCLUSÃO

O presente relatório teve como principal objetivo analisar a transformação da contabilidade na era digital, destacando o impacto das tecnologias emergentes na prática contabilística, na gestão empresarial e na tomada de decisão estratégica. O estágio realizado na MAGA – Contabilidade e Processamento de Dados, Lda., ao longo de quase um ano, constituiu uma oportunidade única para observar, aplicar e compreender essas mudanças no contexto real da profissão, reforçando a ligação entre teoria e prática adquiridas ao longo do percurso acadêmico.

A experiência demonstrou que a digitalização não se limita à automatização de tarefas, mas promove uma profunda reorganização dos processos contabilísticos, alterando a forma como o contabilista interage com a informação, com os clientes e com os sistemas de gestão. Ferramentas digitais, como o TOCOnline, softwares em nuvem, plataformas de análise de dados e sistemas de automatização, revelaram-se essenciais para a eficiência operacional, a redução de erros, a rastreabilidade das operações e a fiabilidade da informação financeira. Para empresários em nome individual e profissionais da saúde, estas soluções permitem um acompanhamento mais rigoroso da situação económico-financeira, simplificando procedimentos fiscais e contributivos e proporcionando suporte estratégico à tomada de decisão.

Durante o estágio, observou-se que a implementação destas tecnologias exige competências híbridas: o contabilista moderno deve combinar conhecimentos técnicos tradicionais com capacidades digitais, analíticas e de interpretação de dados. A adaptabilidade, a atualização contínua e a literacia digital são fatores críticos para assegurar a relevância profissional e a sustentabilidade das organizações, especialmente num contexto em que a automatização de tarefas rotineiras libera tempo para atividades de maior valor estratégico, como planeamento financeiro, análise de riscos e consultoria empresarial.

O estágio permitiu ainda identificar o papel estratégico do contabilista na era digital. Para além da execução de tarefas operacionais, o profissional assume funções de consultor e intérprete de informação, apoiando decisões fundamentadas e garantindo a conformidade com normas legais e fiscais. Paralelamente, constatou-se que a digitalização requer colaboração ativa de clientes e colaboradores, reforçando a necessidade de processos estruturados, comunicação clara e formação contínua para a adoção plena das ferramentas digitais.

Em síntese, a contabilidade digital representa uma transformação multifacetada, que redefine funções, processos e relações de confiança entre contabilista e cliente. O estágio e a análise desenvolvida demonstram que, longe de substituir o profissional, a tecnologia potencia a sua capacidade de intervenção estratégica, ao mesmo tempo que exige novas competências e uma postura proativa face à inovação.

Por fim, este trabalho evidencia que a integração de soluções digitais na contabilidade é um motor de eficiência, transparência e competitividade, consolidando o contabilista como elemento essencial para a gestão, supervisão e crescimento sustentável das organizações. O relatório contribui, assim, para a compreensão das oportunidades e desafios da digitalização contabilística, reforçando a importância da adaptação contínua e da inovação como pilares do futuro da profissão.

REFERÊNCIAS

- Alves, A. (2022). O encerramento de contas e a importância do contabilista certificado. Ordem dos Contabilistas Certificados. Disponível em https://www.occ.pt/fotos/editor2/cee_anaalves_8abril2022.pdf
- Autoridade Tributária e Aduaneira. (2025). Calendário fiscal: Obrigações fiscais e declarativas. Portal das Finanças. Disponível em https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/calendario_fiscal/Pages/obrigacoes.aspx
- Balcão do Empreendedor. (s.d.). IVA – Declaração recapitulativa. <https://www2.gov.pt/inicio/espaco-empresa/balcao-do-empendedor/iva-declaracao-recapitulativa->
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. Diário da República, n.º 133/2009, Série I. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/158-2009-492428>
- Decreto-Lei n.º 28/2019. Diário da República, n.º 33/2019, Série I. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/28-2019-119622094>
- Decreto-Lei n.º 345/2008, de 30 de junho – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. Diário da República. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2008-34500675>
- Diário da República. (2020). Portaria n.º 78/2020, de 20 de março [Instruções de preenchimento da declaração modelo 30]. Disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2020/03/05700/0000400008.pdf>
- Diário da República. (2021). Portaria n.º 98/2021, de 5 de maio [Declaração modelo 30]. Diário da República, 1.ª série. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/98-2021-162753746>
- ECO. (2025). “80% do trabalho dos contabilistas pode ser totalmente automatizado”, diz chairman da Moneris. ECO. Disponível em <https://eco.sapo.pt/2025/10/16/80-do-trabalho-dos-contabilistas-pode-ser-totalmente-automatizado-diz-chairman-da-moneris/>
- FA Accounting & Management. (2025, 28 de abril). A digitalização permite que os contabilistas assumam um papel mais estratégico. Disponível em <https://faccounting.pt/2025/04/28/2227/a-digitalizacao-permite-que-os-contabilistas-assumam-um-papel-mais-estrategico/>
- Ferreira, S. S. (2021). Digital accountant: competências e o papel do contabilista na Era digital (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto). Disponível em <https://recipp.ipp.pt/bitstreams/d2e9ebcb-300e-4749-b173-0ab81dcc37d2/download>
- Flood, J. M. (2021). Wiley GAAP 2021: Interpretation and application of generally accepted accounting principles (2nd ed.). John Wiley & Sons. Disponível em <https://www.wiley.com/en->

us/Wiley+GAAP+2021%3A+Interpretation+and+Application+of+Generally+Accepted+Accounting+Principles%2C+2nd+Edition-p-9781119736202

Freitas, G. (2019). SNC – Preparação das demonstrações financeiras (Sebenta DIS3109). Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Disponível em: https://www.occ.pt/fotos/editor2/Sebenta_DIS3109.pdf

Governo de Portugal. (s.d.). Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em Portugal. Disponível em <https://www2.gov.pt/cidadaos-europeus-viajar-viver-e-fazer-negocios-em-portugal/impostos-para-atividades-economicas-em-portugal/imposto-sobre-valor-acrescentado-iva-em-portugal>

Instituto da Segurança Social, I.P. (2025). Guia prático – Novo regime dos trabalhadores independentes (1009 – v1.08). Disponível em https://www.seg-social.pt/storage1/files/1009-NovoRegimeTrabalhadoresIndependentes-hJgmshac5hRgXMjvFh9_Pw.pdf

Jornal Económico. (2022). Sector da contabilidade queixa-se de “redundâncias” que dificultam uma atividade em transformação. Jornal Económico. Disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/sector-da-contabilidade-queixa-se-de-redundancias-que-dificultam-uma-atividade-em-transformacao-919930/>

Li, X., & Zheng, Y. (2018). Research on the impact of artificial intelligence on accounting. In Proceedings of the 2018 International Conference on Social Science, Humanities, Education and Management (pp. 298–301). Atlantis Press. Disponível em <https://www.atlantis-press.com/proceedings/icsshe-18/25903730>

Lira, M. & Costa Marques, M. da C. (2005). A evolução da contabilidade na civilização romana. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/264550531_A_evolucao_da_contabilidade_na_civilizacao_Romana

Lusa. (2025). Contribuintes deixam de estar obrigados a ficar três anos no regime mensal de IVA. Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2025/03/14/economia/noticia/contribuintes-deixam-estar-obrigados-ficar-tres-anos-regime-mensal-iva-2125916>

Martins, V. (2025). O futuro da contabilidade e a inteligência artificial. LinkedIn. Disponível em https://media.licdn.com/dms/document/media/v2/D4D1FAQEAIW_19cB9ew/feeds-hare-document-pdf-analyzed/B4DZh80TfOGQAc-/0/1754440746423?e=1762387200&v=beta&t=6N2SOeGgg4046Y-h08q-nNYf67NA2nhZVmYks285fhQ

Merêncio, M. M. (2019). As obrigações declarativas e fiscais em Portugal (Dissertação de mestrado) Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/86509>

Neves, J. F. (2008, junho). A importância de um sistema de controlo interno (TOC n.º 60). Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Disponível em

https://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1213983276_60e61_gestao.pdf?utm_source=chatgpt.com

Ordem dos Contabilistas Certificados. (2025, 28 maio). Mais de metade dos contabilistas já trabalham em regime híbrido. ECO. Disponível em <https://eco.sapo.pt/2025/05/28/mais-de-metade-dos-contabilistas-ja-trabalham-em-regime-hibrido/>

Ordem dos Contabilistas Certificados. (2025). Guia prático: Declaração mensal de remunerações - AT. Disponível em https://www.occ.pt/sites/default/files/public/2025-05/Guia_Pratico_Declara1_0.pdf

Ordem dos Contabilistas Certificados. (s.d.). Arquivo de documentos. Disponível em <https://www.occ.pt/pt-pt/noticias/arquivo-de-documentos>

Ordem dos Contabilistas Certificados. (s.d.). Calendário fiscal. Disponível em <https://antigo.occ.pt/pt/calendariofiscal/d/index.php>

Ordem dos Contabilistas Certificados. (s.d.). O impacto da inteligência artificial na contabilidade – A visão dos contabilistas certificados. https://antigo.occ.pt/dtrab/trabalhos/xixcica/finais_site/60.pdf

Pimentel, M. (2024). O que é a declaração mensal de remunerações? Jasmin Software. Disponível em <https://www.jasminsoftware.pt/blog/o-que-e-a-declaracao-mensal-de-remuneracoes/>

Portugal, M. (2008). SAFT-PT (Standard Audit File) – Nova obrigação fiscal. Diário da Contabilidade. Ordem dos Contabilistas Certificados. Disponível em https://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1202983824_26a28_contabilidade.pdf

Santander. (2025). Declaração trimestral: o que é, quem tem de entregar e como fazer. Disponível em <https://www.santander.pt/salto/declaracao-trimestral-quais-as-datas-como-fazer>

Silva, M. J., Rodrigues, P., & Ferreira, R. (2022). Inteligência Artificial e o Futuro da Contabilidade: O impacto da automatização no papel do contabilista certificado. Ordem dos Contabilistas Certificados. Disponível em https://antigo.occ.pt/dtrab/trabalhos/xixcica/finais_site/60.pdf

TOOnline. (2023). Como calcular a taxa efetiva no recibo de vencimento? Centro de Ajuda TOOnline. Disponível em <https://manual.toonline.pt/support/solutions/articles/3000121823-como-calcular-a-taxa-efetiva-no-recibo-de-vencimento->

Trincão, I. N. (2025). Profissionais da Contabilidade na Era da Inteligência Artificial: transformações e perspetivas (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Gestão e Tecnologia, Instituto Politécnico de Santarém. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.15/5778>

Vendus. (2025). Comunicação mensal por inexistência de faturação: 5 respostas às principais dúvidas. Disponível em <https://www.vendus.pt/blog/comunicacao-mensal-por-inexistencia-de-faturacao/>

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal



2025

RE

A Contabilidade Financeira na Era Digital: O caso da MAGA – Contabilização e Processamento

Beatriz Katherine Agrela da Silva